

# Acertando na mosca, muito a contragosto.

Há pouco mais de um ano, sem bússola e sem instrumentos de navegação, decolava o ministro Dilson Funaro do aeroporto do realismo econômico no seu avião carregado de bombas heterodoxas, prometendo um pouso triunfante em Shangrilá. As bombas foram lançadas e só provocaram turbulências e tempestades. Mas o ministro insistia, indiferente à revolta dos passageiros e da tripulação que não compartilhavam o seu espírito kamikaze. Agora ei-lo de volta, para alívio geral, ao ponto de partida.

O fato que marca o feliz retorno é o protocolo de intenções assinado sábado passado entre o governo federal e os representantes da indústria automobilística que, se não cassa definitivamente o brevet do tresloucado aviador, pelo menos inclui o seu reconhecimento daquilo que aos russos, por exemplo, custou 70 anos para descobrir: que Shangrilá não existe.

Por este acordo, os reajustes de preços do setor passarão a ser feitos a cada 40 dias, podendo este prazo ser reduzido para 30 dias, desde que o aumento de custos nesse período menor seja superior à média aritmética da inflação oficial nos dois meses anteriores, sem a necessidade de uma autorização prévia dos órgãos de controle de preços do governo. Além disso, o governo federal assume o compromisso de voltar, gradativamente, aos níveis de impostos vigentes no setor antes de novembro passado e da edição do Cruzado II. Não se cogita, é claro, da suspensão do "empresário compulsório" exigido dos consumidores sobre o preço final do veículo "porque estes recursos já estão alocados". É com eles que o ministro Funaro pretende "fazer (pessoalmente) este país crescer"...

Em contrapartida, as montadoras brasileiras, incluindo as de tratores, declaram a sua intenção e disposição de investir US\$ 1 bilhão entre 1987 e 1989 e de exportar US\$ 7,4 bilhões nesse período, controlando suas importações de modo a obter um saldo positivo no setor de pelo menos US\$ 4,5 bilhões.

É lamentável que o grau de obtusidade deste governo tenha chegado ao ponto de ele acreditar ser necessária a assinatura de um acordo formal para que as empresas e os empresários "se comprometam" a fazer aquilo que é da essência da sua condição de empreendedores e do seu mais alto desejo fazer, desde que existam as condições para que o façam. Condições estas que existem na natureza e só desaparecem em consequência de atos de força de entidades tão poderosas quanto são os governos.

Na verdade, como já temos dito tantas vezes nestas colunas, repetindo coisa universalmente sabida, investir e crescer sempre mais é a meta por exceléncia de qualquer empresa e de qualquer empresário. Mas não basta querer investir e crescer. É preciso poder investir e crescer. E o meio de atingir essa meta, a condição para poder investir e crescer, é gerar lucros, o que só se consegue com uma gestão empresarial eficiente e praticando preços de acordo com o mercado. São essas condicionantes que estabelecem o processo de seleção natural no âmbito da economia privada: os eficientes geram lucros, reinvestem e crescem; os ineficientes não geram lucros e desaparecem.

Por isso, todas as riquezas investidas nela aumentam e se multiplicam indefinidamente, resultando no progresso e no desenvolvimento geral.

Na economia estatal essas regras simples e claras não valem, do que decorre precisamente o contrário do que acontece na economia privada: o desperdício e a falta de eficiência não são punidos; ao contrário, são até incentivados, porque é com eles que se compram poder e votos, e por isso a dilapidação das riquezas tiradas à economia privada e nela investidas também tende a ser ilimitada. Perde-se duvidamente, portanto. Daí a nossa insistência em propor que seja a iniciativa privada, pautada por estas regras, a liderar o processo, desde que o que se queira seja promover o desenvolvimento e aumentar as riquezas e não diminuí-las.

Agora voltemos ao caso em exame. O que fez este governo com o seu Plano Cruzado foi apenas e tão-somente congelar os preços dos produtores e comerciantes, enquanto deixava correr solta a inflação gerada pelos seus gastos excessivos (aqueles "desperdícios" com que se compram votos e poder), o que acabou levando todas as empresas brasileiras ou a perder os seus lucros, condição para o investimento e para o crescimento, ou a incorrer em prejuízos, o que é ainda pior. E, quando a consequência lógica deste ato de força, pelo qual eliminava a condição do investimento, se apresentou, o governo, mostrando-se inexplicavelmente "surpreso", passou a acusar os empresários de "não querer" investir! E agora, confirmando a sua obtusidade, restabelece a condição do investimento, mas exige dos empresários a "promessa" de investir, como se isso não fosse o que eles mais querem!

## Economia - Brasil

Os pormenores do acordo assinado sábado mostram que esse retorno do governo à realidade não é fruto da inteira compreensão dessas regras simples que determinam a saúde das economias. Parece tratar-se apenas de uma concessão que ele faz à realidade, muito a contragosto. Não é ainda a volta completa e livre às leis do mercado e o fim da absurda "desconfiança" em relação ao lucro. Não é ainda o reconhecimento do seu papel fundamental no processo de desenvolvimento. O que o governo está fazendo é apenas permitir aos empresários obter o mínimo possível de lucros para que os investimentos não cessem completamente, e isto apenas porque percebeu que, sozinho e pessoalmente, ele, governo, não terá condições de "fazer este país crescer" o tanto que ele precisa crescer.

Senão vejamos: para conseguir aumentos de preços que remunerem suficientemente os seus investimentos, a indústria automobilística que movimenta a mais importante fatia do sistema produtivo brasileiro, com todas as indústrias menores que a alimentam, será obrigada a contratar auditores independentes (pelo menos não precisam ser mais os do governo), de modo a "provar" que seus custos aumentaram tanto que justifique o seu pedido de aumento. Esta documentação deverá então ser enviada aos órgãos governamentais que apreciarão a sua "pertinência". O governo promete, no entanto, armazéns de uma nova legislação para punir pessoalmente os diretores das companhias que tentarem ter "lucros excessivos" o que, por extensão, quer dizer, que tentarem criar condições para fazer "investimentos excessivos"! O absurdo é patente...

Apesar de todas as restrições e absurdos apontados, o projeto — que servirá de padrão para o ajuste de todos os outros setores da economia — é elogável. Afinal, para quem estava na prisão, a liberdade vigiada já é alguma coisa. Este protocolo parece encerrar definitivamente a fase selvagem do impeto regulatório e intervencionista da "Nova" República. E depois, como dissemos, o fato de a medida se aplicada a fatia tão importante do sistema de produção brasileiro responsável por tantos milhares de empregos fará com que seus efeitos benéficos sejam sentidos imediatamente em toda a economia nacional. Este setor estava à beira do estrangulamento, passando por um processo de desinvestimento que o País não tem condições de suportar neste momento. E se os efeitos mais funestos do estado de desorganização em que estava vivendo ainda não se manifestavam agudamente nas grandes montadoras, já estavam devastando as pequenas e médias empresas que vivem à sua volta e os empregos por elas gerados.

É auspicioso notar ainda que a "concessão" se faz a um setor da indústria com forte presença multinacional, alvo preferencial, portanto, de certos grupos xiitas muito próximos deste governo e até, pelo que se sabe, com representantes no Ministério da Fazenda que, certamente, gostariam de vê-las sucumbir, mesmo que o Brasil sucumbisse junto com elas.

Só esperamos que, quando desta sua concessão mínima à realidade surgirem os investimentos e o desenvolvimento mínimos, o governo se convença de seus desdobramentos lógicos. Primeiro que não é preciso extraír-lhes "declarações de intenções" para que os empresários invistam. Basta que o governo declare as suas, e em especial a de deixar de punir o lucro. E, segundo, de que, se fizer a concessão máxima à realidade, obterá os investimentos e o desenvolvimento máximos.